mgi assurance
Auditores Independentes

DRAFT

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - CNPJ: 40.829.286/0001-37

(Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda.
CNPJ: 32.582.247/0001-50)

Demonstrações financeiras
23 de janeiro de 2026
(transferência)

A member of
mgi worldwide

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 40.829.286/0001-37

Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda. - CNPJ: 32.582.247/0001-50

Demonstrações financeiras

Período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração)

Índice

Relatório do Auditor Independente 1
Demonstração da posição financeira 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 7
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

DRAFT

mgi assurance
Auditores Independentes

Rua Dr. Manoel Pedro, 365
Conj. 1601 - Cabral
80035-030, Curitiba-PR
Tel.: +55 41 3044-6127
+55 41 3319-7164
www.mgiassurance.com.br

Relatório do Auditor Independente

Aos Cotistas e à Administradora do
Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda.)
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para auditar as demonstrações financeiras do Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração) e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Fundo. Devido à relevância e à magnitude dos múltiplos assuntos descritos na seção "Base para Abstenção de Opinião", não fomos capazes de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para abstenção de opinião

1. Envolvimento em Investigações Criminais e Risco de Continuidade

Conforme detalhado pela Administração na Nota Explicativa nº 3, o Fundo foi formalmente arrolado pelas autoridades públicas no escopo de investigações integradas conduzidas pelas autoridades federais e pelo Ministério Público (Operação Sem Refino e desdobramentos da Operação Compliance Zero) que apuram fraudes fiscais bilionárias, crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro estruturada ligadas ao Grupo Refit e a operadoras financeiras correlatas. O Fundo é investigado como suposto veículo de blindagem patrimonial e circulação de fluxos financeiros por interposição de pessoas. Diante da severidade e da natureza dessas investigações, existem incertezas fundamentais e severas restrições que comprometem de forma irreversível a governança, a reputação e a própria capacidade de continuidade operacional do Fundo.

DRAFT

2. Ausência de Documentação Suporte e Lastro de Ativos e Passivos do Fundo

Conforme descrito na Nota explicativa nº 3, o Fundo apresenta saldos altamente materiais em sua estrutura patrimonial para os quais a Administração sucedida e a atual não apresentaram a documentação suporte legal, contábil, societária ou comercial que comprove sua existência, avaliação, propriedade e real substância econômica. Tais limitações de escopo compreendem:

- Ausência de extratos bancários referentes a conta corrente mantida pelo Fundo, nos impedindo de confirmar saldos bancários;
- Aplicação em cotas de fundo de investimento no montante de R$ 1.854 mil; e
- Investimentos em participação societária mantidos na carteira do Fundo no montante de R$ 303.797 mil.

Consequentemente, não nos foi possível aplicar os procedimentos de auditoria necessários, tais como circularização de bancos, da investida, inspeção de contratos de compra e venda de participações ou verificação de eventos subsequentes, para aferir a integridade, a exatidão, o direito e a adequada mensuração desses saldos, bem como o resultado produzido por esses ativos e passivos.

MGI Worldwide é uma rede de empresas independentes de auditoria, impostos, contabilidade e consultoria. MGI Worldwide não fornece nenhum serviço e suas firmas membros não são sócios internacionais. Cada firma membro é uma entidade separada e nem a MGI Worldwide ou outra firma membro é responsável pelas atividades, trabalhos, opiniões ou serviços de qualquer outra firma membro. Para mais informações, visite www.mgiworld.com/legal.

A member of mgiworldwide

mgi assurance
Auditores Independentes

Relatório do Auditor Independente

Aos Cotistas e à Administradora do
Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda.)
São Paulo - SP

3. Bloqueio Judicial e Vínculo com Estruturas sob Investigação Criminal

Conforme descrito na Nota explicativa nº 5, conforme verificado em nossos procedimentos de auditoria e confirmações junto ao custodiante, as disponibilidades e aplicações do Fundo encontram- se com bloqueio judicial determinado no montante de R$ 1.854 mil, restringindo totalmente a movimentação de seus recursos líquidos na data de 23 de janeiro de 2026.

Adicionalmente, conforme tornado público por autoridades federais e estaduais, o Fundo e sua estrutura de gestão contábil e financeira, figuram como alvos formais em investigações criminais de alta complexidade. As apurações conduzidas pela Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público miram um sofisticado ecossistema financeiro composto por fundos fechados de cotistas exclusivos, suspeitos de atuarem na ocultação patrimonial, blindagem de beneficiários e lavagem de capitais oriundos de fraudes fiscais bilionárias estruturadas no setor de combustíveis (ligadas ao Grupo Refit/antiga Refinaria de Manguinhos).

Devido à amplitude dos mandados de quebra de sigilo, ordens de indisponibilidade de bens e potencial bloqueio cautelar de ativos do ecossistema de investimentos do Fundo, associados ao atual estágio de indefinição jurídica e à falta de pronunciamento conclusivo por parte da administração, não fomos capazes de mensurar os reais reflexos operacionais, a recuperabilidade de ativos remanescentes, tampouco a existência de contingências passivas relevantes decorrentes destas operações que possam comprometer a continuidade operacional do Fundo.

DRAFT

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 foram preparadas por ocasião do evento de administração aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas de 13 de janeiro de 2026 e, por esse motivo, não apresentam informações comparativas. Nosso relatório não contém ressalva sobre esse assunto.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 foram examinadas por outros auditores os quais em 28 de julho de 2025 emitiram seu sem ressalvas. Nosso relatório não contém ressalva sobre esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis do Fundo

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

A Administradora do Fundo é responsável pela governança e pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

mgi assurance
Auditores Independentes

Relatório do Auditor Independente

Aos Cotistas e à Administradora do
Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda.)
São Paulo - SP

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é conduzir a auditoria das demonstrações financeiras do Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitir o relatório do auditor independente. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção *"Base para Abstenção de Opinião"*, incluindo as severas restrições ao escopo e a ausência de documentação comprobatória essencial, não fomos capazes de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

DRAFT

Karin Monchak
Contadora - CRC-1PR26.371/O-9
MGI Assurance Auditores Independentes S.S.
CRC-PR007392/O-3

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 40.829.286/0001-37

Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda. - CNPJ: 32.582.247/0001-50

Demonstração da posição financeira
Em 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração)
(Em milhares de reais)

	23/01/2026	% sobre o patrimônio líquido
Ativo		
Cotas de fundos de investimento (Nota 4)	**34**	**0,02**
Itaú Soberano RF Simples LP FIC FI	34	0,02
Bloqueios judiciais (Nota 4)	**1.821**	**0,60**
Cotas de fundo de investimento	1.821	0,60
Participação em companhias investida (Nota 5)	**303.797**	**101,04**
Mykonos Holding Ltda	303.797	101,04
Outros valores	**2**	**-**
Despesas antecipadas	2	-
Total do ativo	**305.654**	**101,66**
Passivo		
Valores a pagar	**4.978**	**1,66**
Imposto de renda (Come cotas)	4.841	1,62
Taxa de administração	68	0,02
Taxa de gestão	56	0,02
Despesa com auditoria	11	-
Taxa CVM	2	-
Total do Passivo	**4.978**	**1,66**
Patrimônio liquido	**300.676**	**100,00**
Total do Passivo e Patrimônio liquido	**305.654**	**101,66**

DRAFT

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 40.829.286/0001-37
Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda. - CNPJ: 32.582.247/0001-50

Demonstração do resultado
Período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data de transferência de administração)
(Em milhares de reais)

	1º/03/2025 a 23/01/2026
Composição do resultado do período	
Cotas de fundo de investimento (Nota 4)	**234**
Resultado com cotas de fundo de investimento	234
Despesas operacionais (nota 12)	**(573)**
Taxa de administração (Nota 11)	(273)
Taxa de gestão (Nota 11)	(218)
Taxa de consultoria	(40)
Taxa de fiscalização CVM	(27)
Despesas com auditoria	(11)
Outras despesas	(4)
Resultado do período	**(339)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DRAFT

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 40.829.286/0001-37

Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda. - CNPJ: 32.582.247/0001-50

Demonstração do resultado abrangente
Período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data de transferência de administração)
(Em milhares de reais)

	1º/03/2025 a 23/01/2026
Resultado do período	**(339)**
Outros resultados abrangentes do período	-
Resultado abrangente no período	**(339)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DRAFT

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 40.829.286/0001-37

Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda. - CNPJ: 32.582.247/0001-50

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data de transferência de administração)
(Em milhares de reais, exceto valor unitário de cotas).

	Quantidade	Cotas Integralizadas	Lucros Acumulados	Total
Saldos de 1º de março de 2025	**121.410,76**	**201.327**	**104.529**	**305.856**
Resgate de cotas no período (Nota 10)	(1.923,34)	(1.505)	(3.336)	(4.841)
Resultado líquido do período	-	-	(339)	(339)
Saldos em 23 de janeiro de 2026	**119.487,43**	**199.822**	**100.854**	**300.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DRAFT

Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
CNPJ: 40.829.286/0001-37

Administrado pela FIDD Administração de Recursos Ltda. - CNPJ: 32.582.247/0001-50

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data de transferência de administração)
(Em milhares de reais)

	1º/03/2025 a 23/01/2026
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado líquido do período	**(339)**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o fluxo de caixa	
Taxa de administração a liquidar	68
Taxa de gestão a liquidar	56
Auditoria a liquidar	11
Resultado líquido do período ajustado	**(204)**
Variação de ativos e obrigações	
Bloqueios judiciais	(1.821)
Valores a pagar	4.787
Caixa líquido das atividades operacionais	**2.762**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas resgatadas	(4.841)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(4.841)**
Variação no caixa e equivalentes	**(2.079)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.113
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	34
Variação no caixa e equivalentes	**(2.079)**

DRAFT

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Mykonos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Classe/Fundo") iniciou suas operações em 05 de novembro de 2021. É um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelas Instruções CVM nº 175/22 e 579/16, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo é classificado como "Fundo Diversificado Tipo 1" e terá prazo indeterminado de duração, podendo ser modificado mediante deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Nos termos da regulamentação da CVM, especialmente da Resolução CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021, o Fundo é destinado a investidores qualificados, que estejam de acordo com as características desta Classe de cotas conforme descrito no anexo do regulamento.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização, a longo prazo, do Capital Investido mediante a aquisição preponderantemente de Ativos Alvo, direta ou indiretamente, participando do processo decisório das Sociedades Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, conforme estabelecido no Regulamento.

DRAFT

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), e estão sujeitas a riscos de investimento, incluindo possibilidade de perda do principal investido.

O Fundo adota para seus Cotistas o regime de responsabilidade ilimitada, inexistindo restrição de responsabilidade vinculada ao valor das cotas subscritas, nos termos do parágrafo único, do artigo 18, da Resolução CVM n 175/22.

2. Classificação do Fundo

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM n° 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de não Investimento", a classificação foi definida considerando os julgamentos e premissas aplicáveis conforme definido pela referida norma.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações - FIP e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente pela Instrução CVM nº 175/22 e 579/16 e alterações posteriores.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

Incertezas Relevantes, Limitações de Escopo e Contingências

DRAFT

O Fundo foi nominalmente citado em investigações conduzidas pelas autoridades federais e pelo Ministério Público (envolvendo operações como a Operação Poço de Lobato e desdobramentos da Operação Compliance Zero). Tais apurações investigam supostas fraudes fiscais e lavagem de capitais estruturadas em torno do grupo de combustíveis Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. (atual Refit), apontando o Fundo como um possível veículo de blindagem patrimonial de terceiros.

Detalhamento das Contas com Limitação de Lastro e Restrições

Em 23 de janeiro de 2026 (data de transferência de administração) o Fundo apresenta as seguintes situações patrimoniais específicas com restrições ou pendências documentais:

- **Bloqueio de Aplicações Financeiras (R$ 1.854):** O montante de R$ 486, alocado em cotas de fundos de investimento, encontra-se indisponível por ordem de penhora judicial eletrônica originada nos processos supracitados. A Administração monitora os recursos legais para liberação, sem prazo definitivo para reversão.
- **Investimento em Participação Societária (R$ 303.797):** Direcionados a ativo da carteira do Fundo para o qual não foram localizados contrato social

registrado, laudos de avaliação patrimonial (impairment) ou demonstrações financeiras da empresa investida.

Postura Contábil da Administração

Diante do acúmulo de restrições de escopo e da impossibilidade de estimar com segurança os desdobramentos financeiros dos ativos e passivos listados, a Administração optou por manter os saldos pelos valores nominais históricos, abstendo-se de constituir provisões para perdas ou baixas definitivas até que as evidências jurídicas e documentais sejam reestabelecidas de forma incontestável.

As demonstrações financeiras do período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 foram preparadas por ocasião do evento de administração aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas de 13 de janeiro de 2026 e, por esse motivo, não apresentam informações comparativas.

As demonstrações financeiras do período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração) foram aprovadas pela Administração em 03 de julho de 2026.

DRAFT

4. Descrição das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos e demais aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

(c) Cotas de fundos de investimentos

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgado pelos administradores dos respectivos fundos

investidos, estando este a valor justo.

A valorização/desvalorização com cotas de fundos de investimentos é reconhecida no resultado período como "Cotas de fundo de investimento - Reconhecimento de ganhos".

(d) Ações de companhias fechadas

As ações de companhia de capital fechado, sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado são registradas inicialmente pelo seu respectivo valor de aquisição e ajustadas periodicamente pelo seu valor justo nos termos da Instrução CVM nº 579/16. Os ganhos ou perdas decorrentes de avaliação dos ativos, ainda que não realizados financeiramente, são reconhecidos na demonstração do resultado do período na rubrica "Ajuste a valor justo".

(e) Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo operar no mercado de derivativos.

DRAFT

(f) Contingências

A Administração avalia as demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo e efetua a classificação de risco de perda, conforme análise dos consultores jurídicos.

Não há contingências a serem registradas nas respectivas das destas demonstrações contábeis.

(g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração avalia a probabilidade de perda de benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros, além de superior ao reconhecimento dos ativos que compõe a carteira, não tendo sido identificada a necessidade de reconhecer eventuais perdas sobre os ativos do Fundo.

(h) Obrigações

As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

(i) Outros ativos e passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa

As cotas de fundos de investimentos estão assim classificadas:

Em 23 de janeiro de 2026

Renda fixa (a)	Quantidade	Valor	Faixa de Vencimento
Itaú Soberano RF Simples LP FIC FI (a)	22.483	1.855	Sem vencimento

(a) O Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento Financeiro da Classe de Investimento em Cotas Responsabilidade Limitada (Itaú Soberano RF Simples FIF DA CIC RL), inscrito sob o CNPJ: 06.175.696/0001-73, iniciou suas atividades em 02 de julho de 2004, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se ao público em geral e tem por objetivo aplicar seus recursos em fundos de investimento tipificados como "Renda fixa", as quais apliquem exclusivamente em títulos públicos federais, prefixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de outubro de 2025 foram devidamente auditadas, com emissão do relatório do auditor independente em 15 de janeiro de 2026, sem modificação de opinião.

DRAFT

No período de 1° de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração) foi apropriado resultado no valor de R$ 234 registrado na rubrica "Reconhecimento de ganhos".

a) Restrições sobre Aplicações Financeiras

Em decorrência direta das ordens judiciais emitidas no âmbito da "Operação Poço de Lobato", descrita na Nota Explicativa nº2, o Fundo sofreu a retenção de suas aplicações em fundos de investimento de renda fixa.

O montante acumulado de R$ 1.821 encontra-se integralmente retido e segregado no ativo sob a rubrica específica de "Bloqueios judiciais", permanecendo indisponível para movimentação ou resgate imediato na data-base de 23 de janeiro de 2026.

6. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA INVESTIDA

As movimentações ocorridas no Período de 1° de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), foram as seguintes:

Participações em societárias:	**Saldo em 28/02/2025**	**Saldo em 23/01/2026**
Mykonos Holding Ltda. **(a)**	303.797	303.797
Total	**303.797**	**303.797**

(a) Mykonos Holding Ltda.

A Mykonos Holding S.A., sediada no Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação em outras sociedades — principalmente comercializadoras de combustíveis e serviços relacionados — além da administração de bens próprios. Em 1º de novembro de 2024, a empresa foi transformada de limitada para sociedade anônima de capital fechado, com conversão das quotas em ações ordinárias. A companhia possui 29 unidades geradoras de caixa.

Em 09 de novembro de 2021 foi celebrado contrato de compra e venda de quotas. O Fundo adquiriu 450.000 quotas. As quotas encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, não havendo, ainda, qualquer restrição legal, judicial, contratual ou administrativa que impeça ou restrinja as operações contempladas no contrato.

Em 17 de fevereiro de 2023 foi aprovado o aumento do capital da Mykonos de R$ 45.000 divididos em 450.000 cotas, já totalmente subscritas e integralizadas, para R$ 47.000, divididos em 470.000, com um aumento efetivo de R$ 2.000, mediante a emissão de 20.000 novas cotas.

Em 05 de setembro de 2024, por meio da 6ª Alteração de contrato Social, os sócios resolveram aumentar o capital social da Companhia em R$ 153.000, passando de R$ 47.000 para R$ 200.000 em moeda corrente, totalmente integralizado.

DRAFT

Em 1º de novembro de 2024, por meio da ATA de Assembleia Geral, o único sócio decidiu transformar o tipo jurídico da sociedade passando de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado. Com isto, as 2.000.000 (dois milhões) de quotas foram convertidas em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As demonstrações financeiras da Mykonos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram disponibilizadas com o relatório de auditoria em 04 de maio de 2025, sem modificação de opinião.

Abaixo apresentamos resumidamente a posição patrimonial da Mykonos em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024
Ativos circulantes	136.369
Ativos não circulantes	95.854
Total do ativo	232.223
Passivo circulante	727
Passivo não circulante	28.681
Patrimônio líquido	202.815
Passivo + patrimônio líquido	232.223

DRAFT

Em 23 de janeiro de 2026 o Fundo detém 2.000.000 quotas correspondente a R$ 303.797.

Ajuste a valor justo

Para fins de mensuração contábil dos investimentos da Companhia, foi elaborado laudo de avaliação econômico-financeira pela UHY Bendoraytes & Cia Auditores Independentes, com data-base em 31 de dezembro de 2024. A avaliação foi conduzida por equipe especializada com comprovada experiência em avaliações empresariais, atuando de acordo com as normas técnicas de contabilidade e avaliação de empresas, com ampla atuação no setor de auditoria independente e consultoria financeira.

O método utilizado para estimativa do valor justo foi o fluxo de caixa descontado (FCD), com horizonte de projeção de 10 (dez) anos e taxa de desconto (WACC – Weighted Average Cost of Capital) de 14,08% ao ano, refletindo os riscos específicos do negócio e o custo de capital compatível com o perfil da Companhia e suas controladas.

7. Gerenciamento de risco

Não obstante o emprego, pelo Administrador e pelo Gestor, de plena diligência e da boa prática de administração e gestão de fundos de investimento e da estrita observância da política de investimento definida em seu Regulamento, das regras legais e regulamentares em vigor, o Fundo estará sujeito a outros fatores de risco, que poderão ocasionar perdas ao seu patrimônio e, consequentemente, aos cotistas, quais sejam:

Risco de liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, os quais permanecerão expostos, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos Cotistas, nos termos do Regulamento.

DRAFT

Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a Carteira.

Risco de Mercado: Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

Riscos de Acontecimentos e Percepção de Risco em Outros Países: o mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países

pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Sociedades Investidas e, por conseguinte, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Cotistas.

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e a Política Governamental: o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e/ou do Gestor, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira, e/ou (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas. Adicionalmente, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo.

Riscos de Alterações da Legislação Tributária: o Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas

DRAFT

poderão sujeitar as sociedades investidas, os outros ativos integrantes da carteira, o Fundo e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis às sociedades investidas, aos outros ativos integrantes da carteira, ao Fundo e/ou aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade dos Cotistas.

Riscos de não Realização dos Investimentos por parte do Fundo: os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista e não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidades convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo não realização destes investimentos.

Risco de Resgate das Cotas em Títulos e/ou Ativos Alvo: conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se alguma dessas situações se verificar, há a possibilidade de que as cotas venham a ser resgatadas em títulos e/ou ativos alvo de emissão das sociedades investidas. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e/ou ativos alvo de emissão das sociedades investidas que venham a ser recebidos do Fundo.

DRAFT

Risco Relacionado ao Resgate e à Liquidez das Cotas: o Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas cotas a qualquer momento. A amortização das cotas será realizada na medida em que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, a critério do Gestor, ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos respectivos compromissos de investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas cotas.

Riscos Relacionados às Sociedades Investidas: embora o Fundo tenha participação no processo decisório das sociedades investidas, não há garantias de: (i) bom desempenho de quaisquer das sociedades investidas, (ii) solvência das

sociedades investidas, ou (iii) continuidade das atividades das sociedades investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira e o valor das cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do Administrador e do Gestor, os pagamentos relativos aos títulos ou ativos alvo de emissão das sociedades investidas, como dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva sociedade investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos nas sociedades investidas envolvem riscos relativos aos respectivos setores em que atuam tais sociedades. Não há garantia quanto ao desempenho desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das sociedades investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das sociedades investidas acompanhe o desempenho do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas no Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto: (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados dessas sociedades, e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor das cotas.

DRAFT

Riscos Relacionados à Due Diligence das Sociedades Alvo: a realização de diligências de conformidade nas Sociedades Alvo poderá resultar em apontamentos ou a verificação de contingências, dificultando, assim, a mensuração integral de eventuais riscos financeiros das Sociedades Alvo, que podem impactar as informações financeiras das Sociedades Alvo. Caso isso aconteça, poderão constar como condições precedentes à realização do investimento nos instrumentos a serem firmados eventuais condições necessárias para a aquisição definitiva da Sociedade Alvo.

Riscos Relacionados à Amortização: os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos aos ativos alvos de emissão das sociedades investidas e ao retorno do investimento em tais sociedades investidas mediante o seu desinvestimento. A capacidade do

Fundo de amortizar as cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Risco de Derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações e não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas.

Demais Riscos: o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e/ou do Gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo não realiza operações em mercados de derivativos.

O Fundo não operou com instrumentos derivativos no período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração).

DRAFT

9. Evolução da cota e rentabilidade

O valor do patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo no período foram os seguintes:

Período	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade da cota (%)	Patrimônio líquido Médio
De 1º/03/2025 a 23/01/2026	2.516,381935	(0,11%)	304.848

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

10. Emissão, resgate e amortização de cotas

(a) Cotas

As cotas correspondem a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, são escriturais e nominativas.

Todas as cotas são registradas pela administradora e mantidas em contas de depósito individuais separadas em nome dos cotistas.

O Fundo não possui subclasses. Desta forma, todos os cotistas do Fundo terão os mesmos direitos econômico-financeiros e obrigações.

(b) Emissão:

No período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), não houve emissão de novas cotas.

DRAFT

(c) Resgate e amortização de cotas:

Qualquer distribuição de valores do Fundo para os Cotistas ocorrerá por meio da amortização integral ou parcial das suas Cotas, ou resgate ao final do Prazo de Duração, observados as disposições do Regulamento e do Suplemento referente a cada emissão de Cotas.

No período de 1º de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), não houve resgate de 1.923,34 cotas no montante de R$ 4.841 referente ao Imposto de renda - come cotas.

11. Negociação das cotas

O cotista que desejar ceder e transferir suas cotas (“Cotas Oferecidas”), no todo ou em parte, seja a que título for, estará obrigado a oferecê-las, primeiramente aos demais cotistas do Fundo, através do envio de notificação com cópia para a Administradora, observado o disposto no regulamento (“Direito de Preferência”).

12. Remuneração

(a) Taxa de administração:

Pelos serviços de administração fiduciária, que incluem que incluem os serviços de administração fiduciária, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros, e a escrituração da emissão e do resgate de cotas é devida pelo Fundo uma taxa de administração equivalente à somatória dos seguintes valores:

Taxa de Administração: 0,10% ao ano sobre o Patrimonio Líquido, com o mínimo mensal;
Base de Cálculo: valor diário do patrimônio líquido do Fundo, na base "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) daquela percentagem ou sobre o capital comprometido, dos dois o maior;
Provisionamento: diário;
Base de Cálculo Patrimônio Líquido: D-1;
Data de Pagamento: até o 5º dia útil do mês subsequente;
Mínimo Mensal: R$ 12;
Índice de Correção: IPCA;
Periodicidade de Correção: correção a cada 12 meses, a contar da data de constituição do Fundo;
Taxa de administração máxima: Não há. A Taxa de Administração compreende as taxas das classes que esta Classe de Cotas porventura invista, exceto fundos cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercado organizado e em fundos geridos por partes não relacionadas ao Gestor do Fundo.

DRAFT

No período de 1° de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), o Fundo apropriou o montante de R$ 273 a título de taxa de administração.

(b) Taxa de gestão:

Pelos serviços de gestão é devida pelo Fundo a seguinte taxa de gestão:

Taxa de Gestão: o valor fixo de R$ 19;
Base de Cálculo: valor diário do patrimônio líquido do Fundo, na base "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos);
Provisionamento: diário;
Data de Pagamento: até o 5º dia útil do mês subsequente;
Índice de Correção: IPCA;

Periodicidade de Correção: correção a cada 12 meses, a contar da data de constituição do Fundo;
Taxa de gestão máxima: Não há. A Taxa de Gestão compreende as taxas das classes que esta Classe de Cotas porventura invista, exceto fundos cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercado organizado e em fundos geridos por partes não relacionadas ao Gestor do Fundo.

No período de 1° de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), o Fundo apropriou o montante de R$ 218 a título de taxa de gestão.

(c) Taxa de custódia:

Pelos serviços de custódia, é devida pelo Fundo a seguinte taxa de custódia:

Taxa de Custódia: 0,10% ao ano sobre o Patrimonio Líquido, com o mínimo mensal;
Base de Cálculo: valor diário do patrimônio líquido do Fundo, na base "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) daquela percentagem ou sobre o capital comprometido, dos dois o maior;
Provisionamento: diário;
Base de Cálculo Patrimônio Líquido: D-1;
Data de Pagamento: até o 5º dia útil do mês subsequente;
Mínimo Mensal: R$ 1,5;
Índice de Correção: IPCA;
Periodicidade de Correção: correção a cada 12 meses, a contar da data de constituição do Fundo.;

DRAFT

No período de 1° de março de 2025 a 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), o Fundo não apropriou despesas a título de taxa de custódia.

13. Despesas incorridas pelo fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

Encargos	De 1º/03/2025 a 23/01/2026	% PL Médio
Taxa de administração	273	0,09
Taxa de gestão	218	0,07
Taxa de consultoria	40	0,01
Taxa de fiscalização CVM	27	0,01
Despesa com auditoria	11	-
Outras despesas	4	-
Total	**573**	**0,18%**
PL médio	**304.848**	

14. Prestadores de serviços

Administração:	FIDD Administração de Recursos Ltda.
Custódia:	FIDD Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Controladoria:	FIDD Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Escrituração:	FIDD Administração de Recursos Ltda.
Gestão:	Eurovest Asset Management Ltda.

15. Política de divulgação das informações

A Administradora coloca à disposição dos interessados, na sua sede, as seguintes informações:

- Diariamente, o valor da cota e do patrimônio líquido do Fundo;
- Mensalmente, até 10 dias após o encerramento do mês a que se referirem o balancete, demonstrativo de composição e diversificação da carteira e informações relativas ao perfil mensal;
- Anualmente, no prazo de até 90 dias contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer do auditor independente.

A Administradora disponibiliza aos cotistas, mensalmente, extrato de conta contendo o saldo e o valor das cotas no início e no final no período e a

movimentação ocorrida ao longo do mesmo e rentabilidade do Fundo auferido entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

16. Política de distribuição dos resultados

As cotas não serão registradas para distribuição e negociação em plataformas devidamente autorizadas pelo Banco Central e CVM.

17. Demandas judiciais

Em 23 de janeiro de 2026 (data da transferência de administração), o Fundo figura no polo passivo, em processo judicial. Trata-se de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) instaurado pelo Estado de São Paulo, distribuído em 25 de novembro de 2025, perante a Vara das Execuções Fiscais Estaduais de São Paulo, com o objetivo de estender ao Fundo a responsabilidade pelos débitos tributários da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., sob alegação de integração em grupo econômico, confusão patrimonial e desvio de finalidade. Conforme informações do assessor jurídico o valor estimado da contingência para o grupo econômico envolvido é de R$ 9.611.196, com expectativa de desfecho desfavorável como possível.

DRAFT

18. Legislação Tributária

De acordo com a Lei nº 14.754/2023 os rendimentos de aplicações em fundos de investimento no país constituídos na forma do art. 1.368-C da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda de acordo com o disposto nesta Lei.

A alíquota do IRRF é, como regra geral, de 15%, na data da tributação periódica no último dia útil dos meses de maio e novembro; ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Quando os FIPs, ETFs, com exceção dos ETFs de Renda Fixa e FIDCs forem enquadrados como entidades de investimento e cumprirem os demais requisitos previstos na Lei, não ficarão sujeitos ao regime de tributação periódica, estando

sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% apenas na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

19. Partes relacionadas

Exceto pelos serviços prestados, conforme disposto na nota explicativa nº 12 não foram realizadas demais operações com partes relacionadas ao Fundo.

20. Alterações estatutárias

Em 03 de novembro de 2025, por meio da assembleia geral de cotistas, foram aprovadas as demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025.

Em 22 de dezembro de 2025, por meio da assembleia geral de cotistas, houve a aprovação, em razão da renúncia da administradora ao exercício de suas funções na data de 27 de novembro de 2025, da transferência do Fundo em até 90 dias, contados a partir de 15 de dezembro de 2025, à MF Pepper Serviços Financeiros Ltda., CNPJ 42.039.298/0001-93.

DRAFT

Em 13 de janeiro de 2026, por meio da assembleia geral de cotistas, houve a aprovação da transferência dos serviços de administração fiduciária, distribuição, tesouraria, controle e processamento e escrituração do Fundo para a MF Pepper Serviços Financeiros Ltda., CNPJ 42.039.298/0001-93 a partir da abertura de 26 de janeiro de 2026.

21. Outras informações

(a) Outros serviços prestados pelo auditor independente

A Administradora não contratou nem teve serviços prestados pela MGI Assurance Auditores Independentes S.S. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam o auditor não deve

auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

(b) Diretora e contador

Ana Racy Parente	Oasley Marcelo Pires Tiburtino
Diretora Responsável	Contador CRC SP-335768/O-0

DRAFT